**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**
**ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**

**Elenise Pereira Soares**

# PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

**PORTO ALEGRE**
**2012**

**Elenise Pereira Soares**

# PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO

**Trabalho de conclusão do curso de especialização apresentado ao programa de Pós-graduação em Gestão Pública da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do título de Especialista em Gestão Pública.**

**Orientador: Prof. Guilherme Dornelas Camara**

**PORTO ALEGRE**
**2012**

**Elenise Pereira Soares**

**PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO**

**Conceito final:**

**Aprovado em ---------- de ---------- de 2012.**

**BANCA EXAMINADORA**

_____

**Prof. Dr.**

_____

**Prof. Dr.**

_____

**Prof. Dr.**

_____

**Orientador Prof. Dr.**

**MÃE**

Pelo inestimável e incondicional apoio de todas as horas;
Pelo estímulo e força nos momentos em que pensei em desistir, pois as dificuldades pareciam insuperáveis;
Pelo tempo que dispensaste para cuidar da milha filha enquanto eu precisava me dedicar aos estudos;
E por tudo que você representa pra mim;
Dedico a você esta conquista.

**AGRADECIMENTO**

Primeiramente agradeço a Deus pelo dom da vida;

Aos meus Pais, meus maiores mestres, pelo grande apoio, estímulo e companheirismo de sempre;

Ao meu esposo pelo amor, apoio, estímulo e compreensão por minhas ausências, ansiedades e angústias;

À minha filha que por inúmeras vezes me viu preocupada e tentava compreender os motivos do meu isolamento e da minha falta de tempo para brincadeiras e que aguardou ansiosa a conclusão deste curso;

Aos meus irmãos, por todo exemplo, carinho e incentivo;

Às minhas cunhadas e sobrinhos pelo apoio e incentivo;

Ao professor Guilherme pela orientação, estímulo e compreensão nos momentos de maior dificuldade;

Aos demais professores e tutores que compartilharam seus saberes;

À Miriam pelo inestimável apoio;

Aos colegas de curso que hoje posso chamar de amigos;

Aos colegas e amigos de trabalho pelas palavras de incentivo e apoio;

À colega Reni pelo auxílio e as importantes contribuições para a elaboração do trabalho;

À Helena, Marli e ao Prefeito Chiquinho pelo apoio e confiança;

Às entrevistadas que deram seus relevantes depoimentos.

Muito obrigada a todos!

## RESUMO

O presente estudo tem como objetivo principal analisar a relação entre a participação no programa de qualificação profissional e o acesso ao trabalho para beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Dom Pedrito-RS. Para isso, a autora apresenta como contexto dados relativos à pobreza, à extrema pobreza e às relações de trabalho no Brasil. A partir destes dados, é descrito o programa de qualificação profissional para usuários da Assistência Social do município de Dom Pedrito. O trabalho identifica o perfil do público egresso do programa de qualificação profissional e, a partir daí coleta dados primários sobre a relação entre a situação ocupacional dos usuários egressos do programa e os cursos desenvolvidos.



Palavras-chave: Programa Bolsa Família. Qualificação Profissional. Mercado de trabalho.

**ABSTRACT**

The present study aims at analyzing the relationship between participation in professional training program and access to employment for recipients of the Family Grant Program in Dom Pedrito, RS. For this, the author presents data as a context of poverty, extreme poverty and labor relations in Brazil. From these data, we describe the professional training program for users of Social Welfare of the municipality of Don Pedrito. The work identifies the public profile of the graduate professional training program, and thereafter collecting primary data on the relationship between occupational status of graduates of the program users and courses developed.

Keywords: Family Grant Program. Professional Qualification. Labor market.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Admissões e demissões no município de Dom Pedrito ----------27
Figura 2 – Distribuição dos postos de trabalhos formais ----------28

## LISTA DE TABELAS

Tabela 01 – Cursos ministrados pelo SENAI e SENAC----------31
Tabela 02 – Cursos ministrados pelo SENAR----------32
Tabela 03 – Participação de beneficiários do PBF nos cursos de qualificação -------33

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BIRD - Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento

BPC - Benefício de Prestação Continuada

BVJ - Benefício Variável jovem

FAT - Fundo de Amparo ao Trabalhador

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

ONU - Organização das Nações Unidas

PBF - Programa Bolsa Família

PEA - População Economicamente Ativa

PETI - Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PPA - Plano Plurianual

SENAC - Serviço Nacional de Aprendizagem do Comércio

SENAI - Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial

SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SMTAS - Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social

**SUMÁRIO**

INTRODUÇÃO----------11
1 BREVE REVISÃO SOBRE POBREZA E TRABALHO NO BRASIL ----------13
1.1 ABORDAGEM TEÓRICA SOBRE A POBREZA ----------13
1.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA ---------- -------17
1.3 PERFIL DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL COM BASE NOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO DE 2010 ---------- 19
1.4 QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ---------- 20
1.5 PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃOPROFISSIONAL NO BRASIL –---------- 21
2 OBJETIVOS ---------- 24
2.1 OBJETIVO GERAL ---------- 24
2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS ---------- 24
3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA ---------- 25
4 INDICADORES DE POBREZA E TRABALHO EM DOM PEDRITO ---------- 27
5 PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE DOM PEDRITO-------- 29
6 APRESENTAÇÃO DE DISCUSSÃO DOS DADOS ---------- 30
6.1 ANÁLISE DOS DADOS EXTRAÍDOS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS ---------- 30
6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS ---------- 35
CONSIDERAÇÕES FINAIS ---------- 39
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS---------- 40

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO ----------43
ANEXO II - ROTEIRO PARA ENTREVISTAS COM BENEFICIÁRIOS DO PBF-----44
ANEXO III - RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS EGRESSOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA ----------45

## INTRODUÇÃO

O problema do desemprego no Brasil é bastante complexo em razão da heterogeneidade do mercado de trabalho. Problemas vividos em todo o mundo, decorrentes da inovação tecnológica, da abertura dos mercados e da globalização, se superpuseram no Brasil, aos problemas estruturais do alto grau de informalização e da precariedade das relações de trabalho, da desigualdade social, das deficiências no sistema de proteção social, do baixo nível de escolaridade da força de trabalho, além da existência de um sistema educacional deficiente e sem articulação com o sistema produtivo (AZEVEDO apud FIGUEIRAS, 2011).

A articulação de políticas públicas de educação, qualificação e emprego tornam-se cada vez mais urgente a fim de reduzir o contingente de pessoas que dependem de programas de transferência direta de renda para garantir os mínimos necessários à sua sobrevivência e os impactos em gerações futuras. Em especial aquelas que vivem em situação de pobreza ou pobreza extrema.

Em 2000, a Organização das Nações Unidades (ONU), ao analisar os maiores problemas mundiais definiu os Oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio, sendo o primeiro objetivo é erradicar a pobreza extrema e a fome.

A fim de atingir este objetivo foi estabelecida a meta de reduzir pela metade, até o ano de 2015, o índice de pessoas que vivem com menos de um dólar por dia, consideradas em extrema pobreza.

Segundo a ONU, em 2000 cerca de 1 bilhão de pessoas no mundo viviam com menos de 1 dólar por dia, representando 1/6 da população mundial.

Atualmente no Brasil, 16,27 milhões de pessoas vivem em situação de extrema pobreza, ou seja, 8,5% da população, (IBGE, 2010)

O Programa Bolsa Família que assiste aproximadamente 13 milhões de brasileiros em situação de pobreza e pobreza extrema, através da transferência direta de renda proporciona o alívio imediato dessa situação. Já as condicionalidades que compõem o Programa, reforçam o acesso aos direitos sociais básicos.

Como estratégia para combater à pobreza, muitos municípios têm desenvolvido programas complementares ao PBF. De modo geral, esses programas

objetivam o desenvolvimento das famílias de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade.

Em Dom Pedrito, município da Campanha gaúcha, a Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SMTAS) desenvolve um programa complementar ao Bolsa Família com o intuito de oferecer cursos de qualificação profissional gratuitos para a população de baixa renda, prioritariamente para beneficiários do Programa. Com isso, a Prefeitura espera fortalecer o combate à pobreza, incluindo beneficiários do programa no mercado de trabalho local.

Em vista disso, o presente estudo vem responder à seguinte questão: Como a participação no programa de qualificação profissional da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social auxilia os beneficiários do Programa Bolsa Família de Dom Pedrito a combaterem a pobreza?

# 1 BREVE REVISÃO SOBRE POBREZA E TRABALHO NO BRASIL

Nesse capítulo é articulado um referencial teórico sobre os dois principais temas abordados na pesquisa: a pobreza e o trabalho. Primeiro, é apresentada uma revisão sobre as abordagens de pobreza e sobre os programas de transferência de renda, seguida da descrição do perfil da extrema pobreza no Brasil. Na sequência, são feitas considerações sobre trabalho no Brasil, focando os programas de qualificação profissional.

## 1.1 ABORDAGENS TEÓRICAS SOBRE A POBREZA

A pobreza tem sido objeto de estudos e de intervenção social a fim de identificar suas causas e buscar mecanismos para a redução de sua incidência em todo o mundo. Para dar início a este trabalho faz-se necessário o entendimento sobre conceitos e as principais formas de abordagem. Porém a conceituação de pobreza é um processo complexo, pois ela pode ser concebida levando-se em conta algum juízo de valor, em termos relativos ou absoluto (perspectiva econômica) ou incorporando outros elementos à análise.

Dentre as principais abordagens que explicam o fenômeno da pobreza, a abordagem culturalista, centra suas explicações no comportamento e valores dos indivíduos e suas famílias. Segundo essa abordagem os indivíduos orientam-se por valores morais tradicionais que situam o pobre como diferente e portador de uma cultura inferior reprodutora da situação de pobreza dos adultos e de seus descendentes (KATZ apud SILVA, 2010).

Para Silva (2010), a utilização desta abordagem é recorrente para explicar e orientar políticas públicas na sociedade capitalista, as quais são reduzidas a meras ações compensatórias para alívio da situação de pobreza extrema. O uso de abordagem estruturalista, que busca explicar a pobreza nas suas determinações estruturais, constitui campo mais fértil.

Para Crespo e Gurovitz (2002), quando a conceituação de pobreza é categorizada como “juízo de valor” é dado uma visão subjetiva ao indivíduo, acerca do que deveria ser um grau suficiente de satisfação de necessidades, ou do que deveria ser um nível de privação normalmente suportável. O indivíduo expressa sentimentos e receitas, de caráter basicamente normativo, do que deveriam ser os

padrões contemporâneos da sociedade quanto à pobreza. Verifica-se então certa fragilidade nesta abordagem, pois não é considerada a situação social concreta e objetiva, caracterizada pela falta de recursos, embora a conceituação objetiva da pobreza não se furte a algum juízo de valor.

A pobreza como um fenômeno relativo é uma abordagem que considera o cenário macroeconômico, assim como a pobreza absoluta. Nessa abordagem, ela tem relação direta com a desigualdade na distribuição de renda, pois são considerados os padrões de vida vigentes na sociedade a qual essa camada inferior da distribuição da renda é comparada. O conceito de pobreza relativa é descrito como aquela situação em que o indivíduo, quando comparado a outros, tem menos condições favoráveis como renda, emprego, etc. Para a definição de uma linha de pobreza relativa, por exemplo, pode ser feito o cálculo da renda per capita de parte da população.

> Pressuposto da carência, da escassez de meios de subsistência é recorrentemente utilizado para qualificar a pobreza estrutural e a desvantagem em relação a um padrão ou nível de vida dominante, pobreza relativa (SILVA apud SILVA, 2010).

Segundo Crespo e Gurovitz (2002), essa conceituação, por outro lado, torna-se incompleta ao não deixar margem para uma noção de destituição absoluta, requisito básico para a conceituação de pobreza. Também acaba gerando ambiguidade no uso indiferente dos termos pobreza e desigualdade que, na verdade, não são sinônimos.

Já no enfoque absoluto para a conceituação de pobreza são estabelecidos padrões para o nível mínimo ou suficiente de necessidades, onde podem ser considerados aspectos biológicos, das necessidades básicas ou salário mínimo. É definido um padrão de vida mínimo, apresentado sob diferentes aspectos como nutricionais, moradia ou vestuário. A linha ou limite da pobreza é estabelecida através de cálculo da renda necessária para custear essas necessidades e estabelecida a percentagem de famílias que se encontram abaixo deste nível.

O enfoque biológico define a linha de pobreza a partir dos requisitos nutricionais mínimos da dieta alimentar. Por básicas entendem-se necessidades como alimentação, moradia, vestuário e serviços essenciais: água potável, saneamento, transporte público, serviços médicos e escolas. Já o enfoque do salário mínimo considera que o salário mínimo oficial deve ser uma boa aproximação do montante em dinheiro necessário para o nível de vida mínimo.

A partir das abordagens descritas anteriormente, durante o século XX, três concepções acerca da pobreza foram desenvolvidas: sobrevivência, necessidades básicas e privação relativa.

O enfoque de sobrevivência, que predominou até a década de 1950 é o mais restritivo. Teve origem no trabalho de nutricionistas inglesas as quais apontaram que a renda dos mais pobres não era suficiente para a manutenção do rendimento físico do indivíduo. Essa concepção teve grande influência em toda a Europa, sendo usada pelo Banco Internacional para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD); para criar medidas estatísticas para a formulação do primeiro modelo de proteção social para o Estado de Bem-Estar Social.

Seus verdadeiros objetivos seriam limitar as demandas por reformas sociais e, ao mesmo tempo, preservar a ênfase no individualismo compatível com o ideário liberal. A maior crítica que esse enfoque sofreu foi que, com ele, justificavam-se baixos índices de assistência: bastava manter os indivíduos no nível de sobrevivência (CRESPO E GUROVITZ, 2002).

A partir de 1970 a pobreza passa a ter a conotação de necessidades básicas, considerando as necessidades de consumo de uma família, com novas exigências, como serviços de água potável, saneamento básico, saúde, educação e cultura. Essa concepção passou a ser adotada pelos órgãos internacionais, sobretudo por aqueles que integram a Organização das Nações Unidas (ONU), representando uma ampliação da concepção de sobrevivência física pura e simples.

Já a partir de 1980, a pobreza passa a ser entendida como privação relativa, buscando comparações entre estudos internacionais, enfatizando o aspecto social. Dessa forma, sair da linha de pobreza significava obter: um regime alimentar adequado, certo nível de conforto, o desenvolvimento de papéis e de comportamentos socialmente adequados.

O indiano Amartya Sen, ganhador do prêmio Nobel de Economia (1999), foi um dos principais formuladores da concepção de privação relativa. Seu conceito introduz variáveis mais amplas, chamando a atenção para o fato de que as pessoas podem sofrer privações em diversas esferas da vida. Ser pobre não implica somente privação material. As privações sofridas determinarão o posicionamento dos cidadãos nas outras esferas (CRESPO E GUROVITZ, 2002).

Essa é uma abordagem sofisticada e abrangente, porém de maior dificuldade de utilização, dada a necessidade de definir a extensão e a severidade da não participação das pessoas que sofrem privação de recursos.

Para Amartya Sen apud Crespo e Gurovitz (2002), a pobreza pode ser definida como uma privação das capacidades básicas de um indivíduo e não apenas como uma renda inferior a um patamar preestabelecido. Com base neste conceito pode-se afirmar que um idoso ou uma pessoa com deficiência são mais vulneráveis a incidência da pobreza em decorrência de certa privação de capacidades.

Segundo Sposati *apud* Silva (2010), a pobreza não é um fenômeno novo. Teve suas origens no processo de acumulação capitalista e que incluir e excluir são próprios da sociedade capitalista.

Silva (2010) aponta que em grande parte a pobreza no Brasil é decorrência de um quadro de extrema desigualdade, pela profunda concentração de renda. O que coloca o Brasil ainda entre os países de maior concentração de renda do mundo, apesar do declínio registrado neste índice nos últimos anos.

Apresentadas algumas das principais abordagens e metodologias para caracterização da pobreza e pobreza extrema verifica-se a complexidade do tema e a necessidade de incluir outras variáveis à análise, visto que a utilização exclusiva da renda poderia superestimar estes registro em um dado momento por ser uma variável que sofre impacto direto do ambiente econômico.

Para o Programa Bolsa Família, tomado como referências neste estudo são classificadas como extremamente pobres as famílias com renda familiar *percapita* de até R$ 70,00 e pobres aquelas com até R$ 140,00 de renda *percapita*. O Plano Brasil Sem Miséria, recentemente lançado, combina a linha de R$ 70,00 de rendimento domiciliar per capita com outras dimensões, como falta de saneamento básico. O valor de ½ salário mínimo per capita, por sua vez, é o valor referencial para a inclusão de famílias no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal. Já os países europeus, em geral, publicam indicadores de pobreza monetária a partir do valor de 60% da renda mediana nacional.

Para fins deste estudo serão utilizados os critérios estabelecidos pelo Programa Bolsa Família para a caracterização das famílias pobres e extremamente pobres.

## 1.2 PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DIRETA DE RENDA

Após a crise econômica de 1929 uma nova relação se estabeleceria entre Estado e Mercado, com a intervenção estatal nas leis de mercado através da implementação de políticas públicas a fim de buscar um mínimo de igualdade e um padrão de bem-estar. Surge o Estado do bem-estar social ou Estado assistencial, ou como foi denominado pelo sociólogo alemão, Claus Offe, de *Welfare-state* keynesiano. Já o francês, Pierre Rosanvallon, denominou de Estado providência.

Com o Estado de Bem estar social, surge então o debate a cerca da pobreza a qual não é mais concebida como um estado natural do homem e passa a ser considerada um problema social sob responsabilidade do Estado.

Neste contexto emergem os primeiros programas de transferência direta de renda no cenário internacional, como alternativa de combate a pobreza.

No Brasil, as primeiras experiências de transferência direta de renda, foram adotadas por alguns municípios como Campinas, Brasília, Ribeirão Preto e datam de meados da década de 1990, tinham como propósito aumentar a frequência escolar e o acesso aos serviços públicos de saúde.

As primeiras ações de transferência direta de renda do Governo Federal foram a partir de 1996, com o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI) e o Benefício de Prestação Continuada (BPC). Posteriormente, foram criados o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Educação − Bolsa Escola; o Programa Nacional de Renda Mínima, vinculado à Saúde − Bolsa Alimentação; o Cartão Alimentação e o Auxílio-Gás.

O Programa Bolsa Família (PBF), implementado em outubro de 2003 pela Medida Provisória nº 132/2003, foi criado com o propósito de unificar os procedimentos de gestão e execução dos programas anteriormente citados. É considerado a estratégia central de combate a pobreza no Brasil.

Através do Cadastro Único são selecionadas as famílias beneficiárias do programa classificadas em situação de extrema pobreza ou de pobreza, segundo o ponto de corte para inclusão no programa.

A partir de 2009, através do Decreto n. 6.917, o pagamento dos benefícios do PBF às famílias que se enquadram nos critérios de renda, foi vinculado o pagamento do benefício ao atendimento das condicionalidades do programa.

Educação: frequência escolar mínima de 85% para crianças e adolescentes entre 6 e 15 anos e mínima de 75% para adolescentes entre 16 e 17 anos.

Saúde: acompanhamento do calendário de vacina e do crescimento e desenvolvimento para crianças menores de 7 anos; pré-natal das gestantes; e acompanhamento das nutrizes na faixa etária de 14 a 44 anos.

Assistência Social: frequência mínima de 85% da carga horária relativa aos serviços socioeducativos para crianças e adolescentes de até 15 anos em risco ou retiradas do trabalho infantil.

Os valores pagos pelo programa variam de R$ 70,00 (setenta reais) a R$ 302,00 (trezentos e dois reais) de acordo com a renda das famílias

O Benefício Básico é de R$ 70,00 (setenta reais) e destina-se àquelas consideradas extremamente pobres, ou seja, com renda mensal de até R$ 70,00 (setenta reais) por pessoa. Nele se enquadram inclusive as famílias que não tenham crianças ou jovens.

O Benefício Variável é de R$ 32,00 (trinta e dois reais ) por mês, por pessoa, até o limite de cinco benefícios, incluindo gestante (09 parcelas) e nutriz (06 parcelas), sendo este últimos a partir de outubro de 2011.

Já o Benefício Variável Vinculado ao Adolescente (BVJ) é de R$ 36,00 (trinta e seis reais) e pago a todas as famílias do PBF que tenham adolescentes de 16 e 17 anos frequentando a escola. Cada família pode receber até dois benefícios variáveis vinculados ao adolescente.

Para Silva (2010), a abrangência da pobreza no Brasil evidencia um quadro amplo para intervenção de políticas públicas de corte social. Mas para que essas políticas sejam eficazes, faz-se necessário a articulação com políticas macroeconômicas que promovam o crescimento econômico sustentado, geração de emprego, elevação da renda proveniente do trabalho e sobretudo a distribuição da renda, ainda muito concentrada no Brasil.

O Plano Brasil sem Miséria lançado pelo o Governo Federal no final de 2011, tem como objetivo principal promover a inclusão social e produtiva da população extremamente pobre, tornando residual o percentual dos que vivem abaixo da linha da pobreza.

Os seus objetivos específicos são:

• Elevar a renda familiar *per capita*.

• Ampliar o acesso aos serviços públicos, às ações de cidadania e de bem estar social;

• Ampliar o acesso às oportunidades de ocupação e renda através de ações de inclusão produtiva nos meios urbano e rural.

Na perspectiva de ampliar as oportunidades de ocupação e renda o plano prevê as seguintes ações:

• Qualificação profissional

• Intermediação/oportunidades

• Economia solidária

• Microcrédito

• Microempreendedor individual – MEI

## 1.3 O PERFIL DA EXTREMA POBREZA NO BRASIL COM BASE NOS DADOS PRELIMINARES DO CENSO 2010

Os dados referentes à extrema pobreza no Brasil foram extraídos de publicação do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome.

Segundo o estudo, o contingente de pessoas em extrema pobreza no Brasil totaliza 16,27 milhões de pessoas, o que representa 8,5% da população total. Embora apenas 15,6% da população brasileira resida em áreas rurais, dentre as pessoas em extrema pobreza, elas representam pouco menos da metade (46,7%). A outra parte (53,3%) situa-se em áreas urbanas, onde reside a maior parte da população – 84,4%.

A fim de identificar as famílias nesse perfil e que não declaram rendimentos no mês de referência do recenseamento em 2010, o IBGE tomou com base outras variáveis como:

- Sem banheiro de uso exclusivo; ou
- Sem ligação com rede geral de esgoto ou pluvial e não tinham fossa séptica; ou,
- Em área urbana sem ligação à rede geral de distribuição de água; ou,
- Em área rural sem ligação à rede geral de distribuição de água e sem poço ou nascente na propriedade; ou,
- Sem energia elétrica; ou,

- Com pelo menos um morador de 15 anos ou mais de idade analfabeto; ou,
- Com pelo menos três moradores de até 14 anos de idade; ou,
- Pelo menos um morador de 65 anos ou mais de idade.

O contingente de pessoas sem rendimento que obedeceram às restrições foi calculado em 4.836.732, correspondente a 70,7% do total de pessoas sem rendimento. Este contingente foi somado aos 11.429.110 com rendimento médio domiciliar per capita entre R$ 1,00 e R$ 70,00.

## 1.4 QUALIFICAÇÃO E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL

A conceituação de qualificação é tão antiga quanto antiga é a discussão em torno deste conceito. Economia do Trabalho, Sociologia do Trabalho, Sociologia da Educação e mais recentemente a Pedagogia, têm se apropriado do conceito de qualificação e discutem a relação educação e trabalho.

Lima e Lopes (2005) definem qualificação como sendo a relação social construída pela interação dos agentes sociais do trabalho em torno da propriedade, significado e uso do conhecimento construído no e pelo trabalho. Segundo os autores, educação é conceituada como o processo sistematizado de aquisição de conhecimentos gerais e específicos, que pressupõe a existência de um conjunto de relações entre os agentes sociais da educação, em particular entre o educador e o educando, relativas à apropriação, significado e uso do conhecimento construído pela humanidade.

Para Adorno apud Lima e Lopes (2005), qualificação é a apropriação do conhecimento social, patrimônio da humanidade, na busca de sua própria emancipação. Inclui-se, portanto, neste conceito, além da educação básica, a educação (ou formação) sindical e a educação profissional, independentemente dos seus mentores (Estado, empresários, sindicatos, etc.).

Lima e Lopes (2005) complementam que a qualificação, como um complexo construto social, intimamente ligada à produção e reprodução da força de trabalho, teria enorme papel na possibilidade dos indivíduos adentrarem, permanecerem ou serem excluídos do processo produtivo (embora estas relações possam extrapolar a esfera da produção). Isso significa que não podemos tratar a qualificação como algo exclusivamente do mundo do trabalho ou do mundo da educação. Trata-se de

percebê-la como um ponto de intersecção, para o qual devem confluir diversas abordagens e contribuições, entre elas a dos sujeitos trabalhadores.

## 1.5 PROGRAMAS DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL NO BRASIL

A internacionalização dos mercados fez com que o Brasil se adequasse aos novos padrões de qualidade e produtividade mundiais. A fim de garantir sua participação na economia. Diante deste cenário houve a necessidade de modernização de processos de produção e gestão e com isto a exigência de maior qualificação dos trabalhadores.

Segundo Vieira e Alves (1995), a previsão é que cada vez mais empresas adotarão processos modernos de produção e, portanto, a qualificação profissional do trabalhador poderá constituir-se em nó crítico para a expansão desses processos.

Diante deste cenário com o propósito de democratizar o acesso de trabalhadores com maior vulnerabilidade à qualificação profissional pública e gratuita, no ano de 1996 foi implementado em todo o País o Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador - Planfor, sob a coordenação do Ministério do Trabalho e Emprego e utilizando-se de recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador FAT (BULHÕES, 2004).

O Planfor propunha contribuir para a obtenção de trabalho e a geração de renda. Considerado um plano ousado pela nova forma descentralizada de atuação do Estado através da articulação com outros atores sociais na tomada de decisão sobre qualificação profissional a ser desenvolvida.

Segundo Azeredo apud Cecílio e Jorge (2004), o PLANFOR surge de uma necessidade de articulação, no âmbito das políticas públicas de emprego, entre os diversos instrumentos, tendo em vista aumentar as chances de reinserção no mercado de trabalho ou evitar a marginalização da força de trabalho. “São assim necessários programas sociais de transferência de renda para a população desempregada, mas é igualmente importante que esteja integrada nos serviços de intermediação e que esteja participando do processo de educação e qualificação”. Frente às diretrizes do novo Plano Plurianual – PPA 2004-2007, a política pública de qualificação ganha um novo enfoque, onde as ações de qualificação profissional ganham a função de potencializar a inclusão social pelo trabalho.

O Planfor atingiu o objetivo de democratizar o acesso de trabalhadores com maior vulnerabilidade à qualificação profissional, visto que grande parte das inscrições anteriormente ao programa eram em instituições privadas, porém a falta de um diagnóstico sobre a situação do mercado de trabalho de alguns municípios foi apontada como uma das falhas do programa, que previa a identificação de eixos estratégicos de desenvolvimento da economia e as potencialidades dos mercados do regional e local a fim de garantir a inserção, reinserção ou permanência da População Economicamente Ativa – PEA no mercado de trabalho (BULHÕES, 2004).

Outra dificuldade apontada pela autora, em relação ao Planfor, foi falta de articulação entre os gestores do FAT para planejamento das ações e sua gestão, elemento fundamental para constituir um sistema público de emprego.

Mesmo diante de um cenário econômico desfavorável o comportamento dos egressos do Plano foi considerado positivo, pois segundo Bulhões (2004), parcela nunca inferior a 40% dos egressos que estavam em situação desemprego durante a realização dos cursos obtiveram ocupação após o término e durante.

Os cursos do Planfor foram desenvolvidos por diferentes Instituições em todo o País. Algumas instituições com domínio técnico em sua área de atuação, mas com pouca tradição de atuação junto aos segmentos mais vulneráveis. Outras, com forte inserção junto a estes grupos, porém carentes de técnicas mais sólidas na área profissional.

Quanto aos cursos com carga horária variável, normalmente menores que 60h, Franzoi apud Bulhões (2004) faz a seguinte avaliação:

> A qualificação profissional, isoladamente, não garante ocupação. Para muitos daqueles que não têm formação anterior ou experiência na área, os cursos do Planfor voltados para ocupações específicas, em geral curtos, significaram muito pouco, mais um curso, na tentativa frustrada de obter trabalho.

Em 2003 é instituído pelo novo governo federal o PNQ - Plano Nacional de Qualificação, o novo plano manteve objetivos em relação aos quais o Planfor foi bem-sucedido. Preservou a posição de se estabelecer uma população-alvo prioritária. As dificuldades encontradas pelo Planfor passaram a constituir desafios de superação para o PNQ, conforme Almeida apud Bulhões (2004):

a) a integração com outros programas e projetos financiados pelo FAT, particularmente a intermediação de mão-de-obra, o microcrédito, a economia solidária e o seguro desemprego, além de outras políticas públicas que envolvam geração de trabalho, emprego e renda;

b) a formação integral (intelectual, técnica, cultural e cidadã) dos trabalhadores brasileiros;

c) o aumento da probabilidade de obtenção de emprego e trabalho decente e da participação em processos de geração de trabalho e renda, reduzindo os níveis de desemprego e subemprego;

d) a elevação da escolaridade dos trabalhadores, por meio da articulação com as políticas públicas de educação, em particular com a educação de jovens e adultos;

e) a inclusão social, a redução da pobreza, o combate à discriminação e a diminuição da vulnerabilidade das populações;

f) o aumento da probabilidade de permanência no mercado de trabalho, reduzindo os riscos de demissão e as taxas de rotatividade, ou o aumento da probabilidade de sobrevivência do empreendimento individual e coletivo;

g) a elevação da produtividade, a melhoria dos serviços prestados, o aumento da competitividade e das possibilidades de elevação do salário ou da renda.

Outras medidas também se fizeram necessárias como:

a) o desenvolvimento da capacidade de inovação das empresas, impulsionando a competitividade e o desenvolvimento do país;

b) a crescente exigência, por parte das empresas, de uma mão-de-obra mais escolarizada e qualificada;

c) a crescente valorização de novos requisitos da força de trabalho, como a iniciativa e prontidão para o contínuo aprendizado;

d) diante da desigualdade de acesso dos trabalhadores à qualificação profissional, a implementação de políticas de qualificação voltadas para os segmentos mais excluídos.

# 2 OBJETIVOS

## 2.1 OBJETIVO GERAL

Analisar a relação entre a participação no programa de qualificação profissional e o acesso ao trabalho para beneficiários do Programa Bolsa Família no município de Dom Pedrito-RS.

## 2.2 OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Organizar dados relativos à pobreza, à extrema pobreza e ao trabalho em Dom Pedrito;
- Descrever o programa de qualificação profissional para usuários da Assistência Social do município de Dom Pedrito;
- Identificar o perfil do público egresso do programa de qualificação profissional;
- Analisar a relação entre a situação ocupacional dos usuários egressos do programa e os cursos desenvolvidos;

## 3 PROCEDIMENTOS DA PESQUISA

O estudo foi desenvolvido através de uma pesquisa quali-quantitativa. No primeiro momento foi feito um levantamento de dados quantitativos extraídos do Cadastro Único da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SMTAS) de Dom Pedrito-RS. Com isso, foram identificados 160 beneficiários egressos do programa municipal de qualificação profissional, durante os meses de janeiro e fevereiro do ano de 2012.

Em um segundo momento, foi realizada uma pesquisa descritiva de caráter qualitativo, que proporcionou compreender o fenômeno, segundo a percepção dos participantes.

Na etapa qualitativa, foi definido um rol de beneficiários do Programa Federal Bolsa Família do município de Dom Pedrito egressos e não egressos do programa municipal de qualificação profissional da SMTAS. A coleta dos dados qualitativos foi realizada nos Centro de Referência da Assistência Social, entre os dias 14 e 20 de março do mesmo ano.

Para identificação dos beneficiários do programa utilizou-se como referência a folha de pagamento do programa do mês de novembro de 2011.

Para o perfil socioeconômico foram extraídos os seguintes dados do cadastro: data do cadastro, situação em relação ao cadastro, sexo, trabalho remunerado nos últimos 12 meses, trabalho principal e renda *per capita*.

Para fins de análise os beneficiários foram classificados em três perfis:

a) Beneficiários do PBF que não se matricularam em cursos de qualificação profissional;
b) Beneficiários do PBF egressos dos cursos de qualificação profissional que estão trabalhando;
c) Beneficiários do PBF egressos dos cursos de qualificação profissional que não estão trabalhando;

A seleção dos entrevistados foi feita conforme presença nos encontros dos Centros de Referência da Assistência Social, localizados nos Bairros São Gregório e Getúlio Vargas, no período de 14 a 20 de março de 2012, conforme os três perfis estabelecidos, onde se obteve a participação de 15 beneficiárias do Programa Bolsa

Família, todas do sexo feminino, com idades entre 19 a 61 anos, sendo que 73,33% (11) se encontravam em extremamente pobreza.

Após a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (ANEXO I), foram realizadas as entrevistas individuais e utilizada a técnica de entrevista semiestruturada gravada (ANEXO II).

As perguntas foram feitas pela pesquisadora com cada indivíduo selecionado, onde foram abordadas questões referentes à participação nos cursos de qualificação profissional da Secretaria do Trabalho e Assistência Social.

Segundo Marconi e Lakatos (2007), a técnica de entrevista padronizada consiste em fazer uma séria de perguntas a um informante, segundo um roteiro preestabelecido.

Para Andrade (2005), embora a entrevista não seja a técnica mais fácil de ser aplicada, talvez seja a mais eficiente para a obtenção das informações, conhecimentos ou opiniões sobre o assunto.

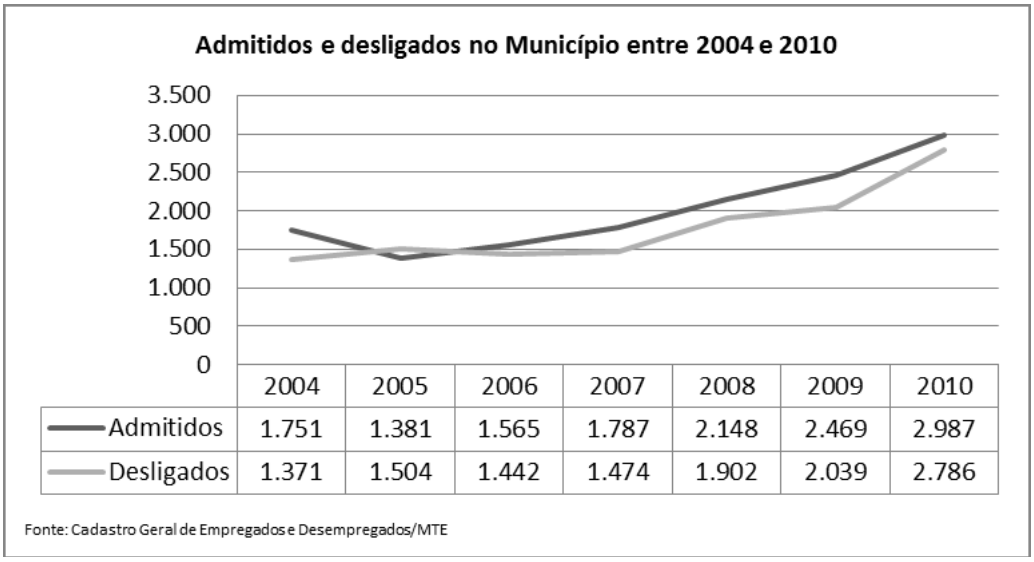
## 4 INDICADORES DE POBREZA E TRABALHO EM DOM PEDRITO

O município de Dom Pedrito, com uma população de 38.898 habitantes (IBGE 2010), possui 17.276 pessoas no cadastro único (dados de outubro setor do Bolsa Família), ou seja, famílias com renda *percapita* de até ½ salário mínimo.

Em torno de 2.314 famílias recebem o benefício de transferência direta de renda do programa e 1.727 famílias estão na linha de extrema pobreza, com renda *percapita* de até 70,00.

Segundo o Índice de Desenvolvimento Familiar (IDF) que é um indicador sintético que mede o grau de desenvolvimento familiar, possibilitando apurar o grau de vulnerabilidade de cada família do CADÚNICO, apenas 28% das famílias inseridas no Cadastro Único têm acesso ao trabalho.

No entanto, dados do IBGE e MDS apontam para um crescimento no mercado de trabalho formal do município, que apresentou em seis anos saldo positivo na geração de novas ocupações entre 2004 e 2010. O número de vagas criadas neste período foi de 1.827. No último ano as admissões registraram 2.987 contratações contra 2.786 demissões.

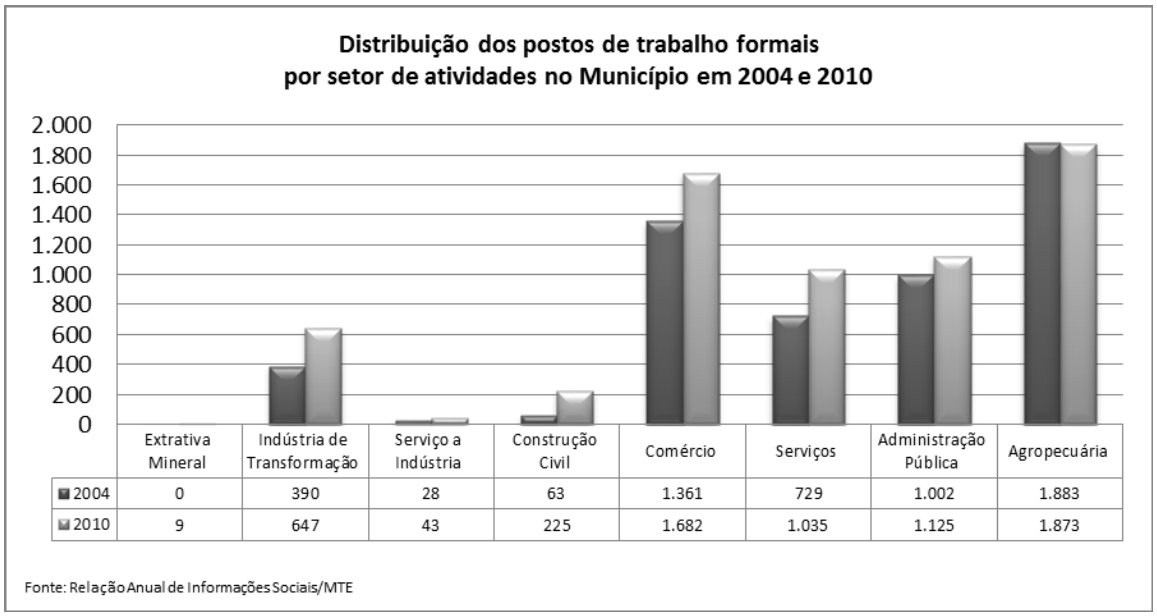



| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 | 2008 | 2009 | 2010 |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| Admitidos | 1.751 | 1.381 | 1.565 | 1.787 | 2.148 | 2.469 | 2.987 |
| Desligados | 1.371 | 1.504 | 1.442 | 1.474 | 1.902 | 2.039 | 2.786 |

Figura 1: Admissões e demissões no Município de Dom Pedrito

Conforme apresentado na figura 02 os setores que mais aumentaram a participação entre 2004 e 2010 na estrutura do emprego formal do município foram Indústria de Transformação (de 7,15% em 2004 para 9,75% em 2010) e Construção Civil (de 1,15% para 3,39%). A que mais perdeu participação foi Agropecuária de 34,51% para 28,21%.

A agropecuária foi o setor com maior volume de empregos formais, com 1.873 postos de trabalho, seguido pelo setor de Comércio com 1.682 postos em 2010. Somados, estes dois setores representavam 53,5% do total dos empregos formais do município.




| | Extrativa Mineral | Indústria de Transformação | Serviço a Indústria | Construção Civil | Comércio | Serviços | Administração Pública | Agropecuária |
|---|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 2004 | 0 | 390 | 28 | 63 | 1.361 | 729 | 1.002 | 1.883 |
| 2010 | 9 | 647 | 43 | 225 | 1.682 | 1.035 | 1.125 | 1.873 |

Figura 2: Distribuição dos postos de trabalhos formais

## 5 O PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL DE DOM PEDRITO

Desde o ano de 2005 a Prefeitura Municipal de Dom Pedrito, através da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social (SMTAS), vem desenvolvendo cursos de qualificação profissional gratuitos para a população de baixa renda, prioritariamente para beneficiários do Programa Federal de Transferência de Renda Bolsa Família como um programa complementar.

Os cursos são ministrados pelo Sistema “S” mais especificamente pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), Serviço Nacional da Indústria (SENAI), Serviço Nacional do Comércio (SENAC) e Serviço Social da Indústria (SESI).

No ano de 2005 foram ministrados os primeiros cursos com o SENAR, já em 2008 a administração municipal realizou o primeiro contrato com o SENAI e com o SENAC somente a partir de 2011.

Inicialmente era solicitado o portfólio de cursos das instituições, que após avaliação dos gestores em conjunto com a equipe técnicas dos Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), eram contratados e disponibilizados para o público alvo.

A escolha dos cursos tinha como base as solicitações dos usuários atendidos pelos Centros de Referência e a movimentação do mercado local.

Em 2008 foram contratados cursos na área da construção civil, ministrados pelo SENAI, a fim de atender a uma demanda iminente, a construção da barragem do Taquarembó. A qual absorveu em torno de 50% da mão-de-obra capacitada pelo programa da SMTAS.

# 6 APRESENTAÇÃO E DISCUSSÃO DOS DADOS

Nesse capítulo são apresentados e discutidos os dados quantitativos e qualitativos coletados no Cadastro Único de Dom Pedrito e nas entrevistas com os beneficiários do PBF egressos e não egressos do programa de qualificação profissional do município.

## 6.1 ANÁLISE DOS DADOS EXTRAÍDOS DO CADASTRO ÚNICO PARA PROGRAMAS SOCIAIS DO GOVERNO FEDERAL

Os dados levantados junto ao cadastro único apontaram 160 titulares egressos do programa de qualificação profissional, porém apenas 118 estavam com os cadastros atualizados e puderam ser utilizados nas análises.

Dos 118 beneficiários com cadastros atualizados, 50,84% (60) apresentaram renda *per capita* menor ou igual a R$ 70,00, ou seja, estão na linha de extrema pobreza.

Quanto ao acesso a trabalho, os dados levantados apontaram que 44,91% (53) egressos tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses, sendo que destes 70% (37) declaram como atividade principal o trabalho por conta própria, 17% (9) empregados sem carteira assinada e apenas 5 (9,43%) empregado com carteira assinada e 3,77% (2) trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada.

Segundo Antunes (2010), estamos presenciando a erosão do trabalho contratado e regulamentado [... ] e que está sendo substituído pelas diversas formas de “empreendedorismo”, cooperativismo”, “trabalho voluntário, “trabalho atípico”

Esse movimento de expansão do trabalho informal teve impacto decisivo no setor de serviços, tradicionalmente mais passível, em determinados ramos, para a proliferação das atividades informais (COSTA, 2010).

Quanto à escolaridade os dados apontaram que 42,37% (50) têm até 5º ano do ensino fundamental, 10% (12) concluíram o ensino fundamental e 13,55% (16) cursaram o ensino médio. Os beneficiários egressos não alfabetizados somaram 1,69% (2).

Ao compararmos os dados do nível de escolaridade do programa de qualificação profissional da SMTAS, com os obtidos no Planfor, conforme apresentado Bulhões (2004), observou-se que o nível de escolaridade dos alunos do

Planfor foi superior aos identificados nos alunos do programa de qualificação profissional da SMTAS.

Quanto à qualificação, 51,69% (61) dos beneficiários participou de apenas um curso, 37,28% (44) participaram de 2 a 5 cursos e 11% (13) participaram de 6 a 12 cursos.

Na tabela 01 são apresentados os cursos ministrados pelo SENAI e SENAC, número total de concluintes e o número de alunos por turma.

Tabela 01

Cursos Ministrados pelo SENAI e SENAC

| Cursos | Número de concluintes | Número de turmas | Alunos por turma |
|---|---|---|---|
| Armação de Ferragem para a construção Civil | 16 | 1 | 16 |
| Auxiliar Administrativo | 121 | 6 | 20,16 |
| Auxiliar de Serviços Gerais | 14 | 1 | 14 |
| Básico de Cabeleireiro | 62 | 3 | 20,66 |
| Básico de Confeitaria | 47 | 2 | 23,5 |
| Básico de Costura Industrial | 58 | 3 | 19,33 |
| Básico de Doces e Salgados | 47 | 2 | 23,5 |
| Básico de Eletricista e Instalador Predial | 19 | 1 | 19 |
| Básico de Instalação Hidráulica | 19 | 1 | 19 |
| Básico de Manicure e Noções de Pedicure | 60 | 3 | 20 |
| Básico de Panificação | 42 | 2 | 21 |
| Básico de Pedreiro | 24 | 1 | 24 |
| Básico de Serigrafia | 43 | 2 | 21,5 |
| Básico de Tortas Especiais | 22 | 3 | 7,33 |
| Básico em Assentador de Placas Cerâmicas | 19 | 1 | 19 |

| | | | |
|---|---|---|---|
| Básico para Cozinheiro | 19 | 1 | 19 |
| Carpinteiro de Formas | 18 | 1 | 18 |
| Cuidador de Idosos | 30 | 2 | 15 |
| Cuidador Infantil | 15 | 1 | 15 |
| Garçon/Garçonete | 27 | 2 | 13,5 |
| Limpeza de Pele e Maquiagem | 40 | 2 | 20 |
| Monitor de Recreação | 7 | 1 | 7 |
| Produção de cucas, sonhos, biscoitos e bolachas | 37 | 2 | 18,5 |
| Produção de Panetones, bolos natalinos, bolachas natalinas | 33 | 2 | 16,5 |
| Qualidade no Atendimento ao Cliente | 36 | 2 | 18 |

Fonte: elaborado pela autora

Conforme apresentado na tabela 01, a maior oferta em cursos de qualificação profissional do programa municipal foi no curso de Auxiliar Administrativo, com seis turmas realizadas, totalizando 121 egressos, porém ao analisarmos a participação de beneficiários do programa bolsa família no curso, verificou-se um percentual de 4,95% de participação, conforme tabela 03.

A baixa participação dos beneficiários do Programa Bolsa Família no curso reflete o problema da baixa escolaridade entre os beneficiários. Segundo dados referentes ao nível de escolaridade dos beneficiários egressos do programa de qualificação profissional, levantados através do Cadastro Único, 42,37% dos beneficiários têm até o 5º ano do ensino fundamental.

Na tabela 02 são apresentados os cursos ministrados pelo SENAR.

Tabela 02

Cursos Ministrados pelo SENAR

| Curso | Número de concluintes | Número de turmas |
|---|---|---|
| Aproveitamento Integral de Alimentos | 37 | 02 |
| Artesanato com a casca do arroz | 11 | 01 |

| | | |
|---|---|---|
| Associativismo | 12 | 01 |
| Básico de plantas medicinais e condimentos | 30 | 02 |
| Boneca de pano | 22 | 02 |
| Cesta de palha de arroz | 8 | 01 |
| Chocolate Caseiro | 37 | 01 |
| Confecção básica de vestuário feminino | 22 | 02 |
| Confecção básica vestuário masculino | 22 | 02 |
| Confecção em Lã Crua | 52 | 03 |
| Elaboração de suco de uva, graspa e vinagre | 50 | 04 |
| Fabricação de Produtos de Higiene e limpeza | 25 | 02 |
| Material Reciclado (Banhado do Gusmão) | 80 | 02 |
| Panificação caseira | 12 | 01 |
| Pintura em tecido | 52 | 04 |
| Processamento de frutas | 36 | 02 |
| Processamento de Frutas e Hortaliças | 11 | 01 |
| Processamento de peixe | 15 | 01 |
| Produção Caseira de Vinhos | 32 | 02 |
| Produção de Hortaliças | 27 | 02 |
| Reutilização de Alimentos | 8 | 01 |
| Saneamento Básico Rural | 14 | 01 |
| Suco de uva graspa e vinagre | 33 | 03 |
| Tecelagem em Lã Crua | 38 | 03 |

Fonte: elaborado pela autora

Tabela 03

Participação de beneficiários do PBF nos cursos de qualificação profissional

| Curso | Frequência | Relação entre beneficiários do PBF e o total de concluintes dos cursos |
|---|---|---|

| | | |
|---|---|---|
| Básico de cabeleireiro | 21 | 33,87% |
| Básico de tortas especiais | 21 | 95,45% |
| Confecção em lã crua | 19 | 36,53 |
| Básico em plantas medicinais | 15 | 50% |
| Básico de manicure e noções de pedicure | 14 | 23,33% |
| Processamento de hortaliças | 13 | 48,18% |
| Básico de confeitaria | 12 | 25,53% |
| Fabricação caseira de produtos de higiene e limpeza | 11 | 44% |
| Tecelagem em lã crua | 11 | 28,94% |
| Básico de garçom e garçonete | 10 | 37,03% |
| Processamento de frutas | 10 | 27,77% |
| Produção de panetones e bolos natalinos | 10 | 30,30% |
| Elaboração de suco de uva, graspa e vinagre | 9 | 18% |
| Básico de Limpeza de pele e maquiagem | 8 | 20% |
| Auxiliar de serviços gerais | 8 | 57,14% |
| Básico de confecção de vestuário feminino | 7 | 31,81% |
| Aproveitamento integral de alimentos | 7 | 18,91% |
| Processamento de frutas e hortaliças | 7 | 63,63% |
| Básico de auxiliar administrativo | 6 | 4,95% |
| Qualidade no atendimento ao cliente | 6 | 16,66% |
| Saneamento rural básico | 6 | 42,85% |
| Básico de eletricista e instalador predial | 5 | 26,31% |
| Básico em armação de ferragem para a construção civil | 5 | 31,25% |
| Básico em assentador de placa cerâmica | 5 | 26,31% |
| Cuidador infantil | 5 | 33,33% |
| Produção de hortaliças básico | 5 | 18,51% |
| Básico em confecção de vestuário masculino | 4 | 18,18% |
| Básico de cozinheiro | 4 | 21,05% |
| Básico de panificação | 4 | 9,52% |

| | | |
|---|---|---|
| Básico instalador hidráulico | 4 | 21,05% |
| Básico de carpinteiro de formas | 4 | 22,22% |
| Básico de pedreiro | 3 | 12,5% |
| Artesanato com a casca e palha do arroz | 2 | 18,18% |
| Monitor de recreação | 2 | 28,57% |
| Confecção de bonecos de pano | 1 | 4,54% |

Fonte: elaborado pela autora

Os dados apresentados na tabela 03 demonstram o baixo índice de participação dos beneficiários do PBF no programa de qualificação profissional da SMTAS.

O maior percentual de participação de beneficiários do PBF conforme apresentado na tabela 03 foi identificado no curso de tortas especiais, com 95% de beneficiários.

Porém, o curso teve baixo desempenho quanto à ocupação das vagas. Com apenas 29% das vagas ocupadas.

Os cursos ministrados pelo SENAR apresentaram maior percentual de participação de beneficiários do PBF em relação aos cursos ministrados pelo SENAI e SENAC. A oferta destes cursos é feita primeiramente a grupos fechados, acompanhados por Assistente Social do Município, tal fato pode ter influenciado nestes dados.

Já a oferta dos demais cursos é feita amplamente, possibilitando que de forma espontânea tanto os beneficiários acompanhados pela equipe técnica da Secretaria, quanto os demais beneficiários possam participar dos cursos.

## 6.2 ANÁLISE DAS ENTREVISTAS

Foram realizadas 15 entrevistas com beneficiárias do PBF, 7 não participaram dos cursos de qualificação profissional e 8 eram egresso do programa de qualificação profissional da SMTAS.

Durante visita aos Centros de Referência foi feita a explanação pela acadêmica sobre o objetivo do estudo e feito o convite às beneficiárias que apresentavam o perfil necessário para participarem do estudo.

Inicialmente as entrevistadas foram classificadas em dois grupos: beneficiários egressos do programa de qualificação profissional e beneficiários não egressos do programa de qualificação profissional.

As entrevistadas que não participaram dos cursos de qualificação profissional, tinham idades entre 28 a 61 anos, quando questionadas sobre a falta de participação nos cursos de qualificação profissional, a maioria relatou a "*incompatibilidade de horário dos cursos com o trabalho"* como justificativa pela não participação. A *"falta de tempo*", *"não ter com quem deixar os filhos"* e a *"falta de informação sobre os cursos"* também foi apontado pelas entrevistas.

As entrevistadas que participaram dos cursos de qualificação profissional, apresentaram idade inferior as que não participaram, com idades entre 19 e 57 anos. Quando questionadas sobre a influência de alguém para sua participação nos cursos, a maioria respondeu que teve influência de alguém. As respostas apontadas foram: *"influência do grupo do CRAS e da família"*. Apenas uma afirmou ter participado por *"iniciativa própria e por sua força de vontade".*

Quando questionadas se após a participação no(s) curso(s) houve alguma melhora com relação a acesso a trabalho e geração de renda, a maioria das entrevistadas afirmou que *"teve melhora na renda".*

Segundo as entrevistadas:

> *"Teve melhora de 100% em função da renda, pois trabalho em casa e cuido dos filhos, fica tudo mais fácil". (CSR, 42 anos)*

> *"A participação nos cursos melhorou nas vendas e até na própria casa. As expectativas são de realização profissional, de colocar um negócio, já tenho até local em vista". (LSR, 57 anos)*

> *"Teve melhora após a participação nos cursos, com certeza! Quero aprender cada vez mais, para no futuro ter mais renda!" (NMP, 52 anos)*

> *"Participei dos cursos para melhorar na renda e para ter um convívio com as pessoas... Fiz o ENEM este ano para estudar na UNIPAMPA, mas por falta de informação não me cadastrei no SISU... Quero fazer a faculdade e dar uma casa para os meus filhos" (CL, 30 anos)*

O convívio com as outras pessoas também foi citado pelas entrevistadas:

> *"Houve melhora, em um ponto muito bom, porque a gente tem convívio com as pessoas. A gente se relaciona melhor". (RSP, 38 anos)*

Conforme relato, as entrevistadas apontaram melhora com relação à geração de renda após a participação nos cursos de qualificação profissional. Entre as atividades autônomas relatadas estão: diarista, vendedor ambulante, vendedora de produtos de confeitaria.

> Há uma outra tendência de enorme significado no mundo do trabalho contemporâneo: trata-se do aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho em diversos países avançados, e que tem sido absorvido pelo capital, preferencialmente no universo do trabalho *part-time*, precarizado e desregulamentado (ANTUNES E ALVES, 2004).

Verificaram-se também novos arranjos familiares, com grande parcela de lares chefiados por mulheres o que demonstra as transformações do papel da mulher na família e na sociedade e que tem impactos no mercado de trabalho.

> é impossível, hoje, dissociar a análise das relações de gênero e de família, pois os dois conceitos estão interligados, sendo as mudanças em um ligadas às mudanças na outra, e estando ambos sujeitos à força das mudanças sociais" (PINNELLI apud MACEDO, 2008).

Entre as entrevistadas que se encontravam na condição de chefes de família observou-se maior motivação para atividades geradoras de renda.

Quanto à escolarização, a maioria das entrevistas não concluiu o ensino fundamental, porém entre as entrevistadas uma declarou ter vontade de cursar o Ensino Superior na Universidade Federal do Pampa, instalada a poucos metros de sua residência.

A baixa escolaridade foi apontada por uma entrevistada como um fator limitante para melhores ocupações. A entrevistada havia cursado até a 7ª série do ensino fundamental. Mesmo tendo concluído o curso de auxiliar administrativo procurou por ocupação em atividades mais precárias.

> *"Fiz o curso, mas nem procurei nada nesta área, porque com a minha baixa escolaridade nem adianta... procurei emprego em um posto de lavagem, mas até agora não me deram resposta. Pretendo seguir os estudos e fazer novos cursos" (DRJS, 19 anos)*.

Três entrevistadas manifestaram intenção de abrir um negócio próprio. Entre as atividades relatadas estão: confecção em lã crua, corte e costura, confeitaria e

panificação. Porém a falta de recursos para investir no próprio negócio foi citado por duas entrevistadas como a maior dificuldade para a abertura da empresa.

Para Pinnelli apud Macedo (2008), em que pese à persistência de relações desiguais que perpetuam efeitos perversos sobre a qualidade de vida das mulheres, não se pode deixar de perceber transformações nas relações de poder, as quais vão refletir uma relativa mudança nos papéis e nas responsabilidades delas, com consequente aumento do seu protagonismo social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ações de qualificação profissional tem apresentado deficiência em fatores que comprometem sua eficácia e efetividade. Conforme levantado através do referencial teórico, há falta de diagnósticos das reais necessidades de qualificação para cada público, onde sejam consideradas as especificidades locais e a capacidade de inserção desta nova força laboral mais qualificada.

Verificam-se iniciativas dos governos em aplicar recursos em qualificação profissional, porém a falta de articulação dos atores locais como representantes de trabalhadores, empregadores e governos, através das Comissões Municipais de Emprego comprometem os resultados destas ações.

Quanto ao programa municipal de qualificação profissional o qual foi objeto deste estudo, constatou-se que apesar de as ações serem prioritárias para o público beneficiário do Programa Federal de Transferência Direta de Renda Bolsa Família, a participação deste público tem sido inferior ao público não beneficiário do programa.

Dois caminhos de resposta são dados para isso: os beneficiários do Programa Bolsa não conseguem compatibilizar a qualificação profissional com as atividades que já desenvolvem ou os cursos ofertados não estão acessíveis a este público em decorrência da baixa escolarização.

Acredita-se que outro fator que pode influenciar na participação dos beneficiários do PBF, é a baixa autoestima deste público, que se julga incapaz de buscar ocupações melhores, procurando por cursos que exijam baixa escolaridade e que possibilitem o trabalho autônomo ou doméstico.

Conclui-se que o público egresso do programa de qualificação profissional da SMTAS, tem aplicado os conhecimentos adquiridos no programa de qualificação profissional para a geração de renda, porém em atividades informais. Não foi identificada melhora no acesso ao mercado formal para o público do estudo.

Os dados apontam para a necessidade de articulação entre as políticas de educação, em especial para jovens e adultos, a fim de aumentar a escolarização deste público e também para o encaminhamento para o sistema de emprego.

Sugere-se a mesma investigação com dependentes de beneficiários do Programa Bolsa Família, visto que o presente estudo foi desenvolvido apenas com titulares, a fim de verificar as perspectivas em torno da reprodução intergeracional da pobreza.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS


ANDRADE, Maria Margarida. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo: Atlas, 2005.

ANTUNES, Ricardo. **A crise, o Desemprego e Alguns Desafios Atuais**. São Paulo. [s.ed], 2010.

ANTUNES, Ricardo; ALVES, Giovanni. **As Mutações No Mundo Do Trabalho Na Era Da Mundialização Do Capital.** *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 335-351, maio/ago, 2004.

BULHÕES, Maria da Graça Pinto**. Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador – PLANFOR: acertos, limites e desafios vistos do extremo sul**. São Paulo: UFRGS, 2004.

CECÍLIO, Raquel Vilela e JORGE, Tiago Antônio da Silva. **Desenvolvimento Social: Desafio para políticas públicas de qualificação profissional**. In: Anais do 7º Encontro de Extensão da Universidade Federal, Minas Gerais, 2004.

COSTA, Márcia da Silva. **Trabalho Informal: um problema estrutural básico no entendimento das desigualdades na sociedade brasileira.** Caderno CRH, Salvador, v. 23, n. 58, p. 171-190, Jan./Abr, 2010.

CRESPO, Antônio Pedro Albernaz; GUROVITZ, Elaine. **A Pobreza Como Um Fenômeno Multidimensional**. RAE-eletrônica, FGV, Volume 1, Número 2, jul.-dez. 2002.

FIGUEIRAS, Cristina Almeida Cunha. **Atores locais na Implementação da Política de Qualificação Profissional**. São Paulo: [s.ed], 2011.

*LIMA, Antonio Almerico Biondi; LOPES, Fernando Augusto Moreira:* **Diálogo Social e Qualificação Profissional: experiências e propostas**. Brasília: MTE, 2005.

MACEDO, Márcia dos Santos. **Mulheres Chefes De Família E A Perspectiva De Gênero: trajetória de um tema e a crítica sobre a feminização da pobreza.** CADERNO CRH, Salvador, v. 21, n. 53, p. 389-404, Maio/Ago, 2008.

MARCONI, Maria de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Fundamentos de Metodologia Científica**. São Paulo: Atlas, 2007.

Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **O Perfil Da Extrema Pobreza No Brasil Com Base No Dados Preliminares Do Universo Censo De 2010.** Disponível em <www.mds.gov.br> Acesso em: 15 de janeiro de 2012.

SILVA, Maria Ozanira da Silva e. **Pobreza, desigualdade e políticas públicas: caracterizando e problematizando a realidade brasileira**. *Rev. Katál. Florianópolis: v. 13, n. 2, p. 155-16, jul.-dez. 2010.*

VIEIRA, Carlos Alberto dos Santos; ALVES, Edgard Luiz Gutierrez. **Qualificação Profissional: uma proposta de política pública**. IPEA, 1995.

# ANEXOS

ANEXO I

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL**
**ESCOLA DE ADMINISTRAÇÃO**
**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM GESTÃO PÚBLICA**
**(Modalidade à Distância)**

## TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Eu ---------- concordo em participar do estudo **"PROGRAMA DE QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL E O ACESSO AO MERCADO DE TRABALHO PARA BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA DO MUNICÍPIO DE DOM PEDRITO"** do curso de Pós Graduação em Gestão Pública, modalidade à distância, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

A ser realizado pela acadêmica Elenise Pereira Soares e orientado pelo Professor Guilherme Dornelas Camara, durante o mês de março de 2012.

Concordo que os dados fornecidos sejam utilizados na realização do mesmo.

O estudo obedecerá os princípios éticos e garantirá o sigilo das informações pessoais.

Dom Pedrito, ---------- de março de 2012.

_____

Assinatura

ANEXO II

ROTEIRO PARA ENTREVISTA COM BENEFICIÁRIOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

Perfil 1- Beneficiários do Programa Bolsa Família egressos do programa de qualificação profissional que tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses.

1) Qual é a sua idade?
2) Qual a sua escolaridade?
3) Pretende seguir os estudos?
4) Porque participou dos cursos de qualificação profissional da Secretaria do Trabalho e Assistência Social?
5) Alguém influenciou a sua participação nos cursos de qualificação?
6) Após a participação no(s) curso houve alguma melhora com relação a acesso a trabalho e geração de renda?
7) Quais são suas expectativas para o futuro?

Perfil 2- Beneficiários do Programa Bolsa Família, egressos do programa de qualificação profissional que NÃO tiveram trabalho remunerado nos últimos 12 meses.

1) Qual é a sua idade?
2) Qual a sua escolaridade?
3) Pretende seguir os estudos?
4) Porque participou dos cursos de qualificação profissional da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social?
5) Alguém influenciou a sua participação nos cursos de qualificação?
6) Após a participação no(s) curso houve alguma melhora com relação a acesso a trabalho e geração de renda?
7) Na última semana o que você fez para procurar trabalho?
8) Quais são suas expectativas para o futuro?

Perfil 3- Beneficiários do Programa Bolsa Família que não participaram dos cursos de qualificação profissional.

1) Qual é a sua idade?
2) Qual sua escolaridade?
3) Pretende seguir os estudos?
4) Porque não participou dos cursos de qualificação profissional da Secretaria Municipal do Trabalho e Assistência Social?
5) Você teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses?
6) Quais são suas expectativas para o futuro?

## ANEXO III RELAÇÃO DE BENEFICIÁRIOS EGRESSOS DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA

| Titular nº | Nº de cursos realizados | Data do Cadastro | Cadastro atualizado | Teve trabalho remunerado nos últimos 12 meses | Trabalho principal | Renda *percapita* (R$) | Escolaridade |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 1 | 1 | 28/10/2006 | sim | Não | | 50,00 | 6ª série |
| 2 | 2 | 05/12/2002 | sim | Não | | 133,00 | 7ª série |
| 3 | 3 | 16/12/2003 | Não | | | 67,50 | Ensino fundamental completo |
| 4 | 1 | 21/07/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 100,00 | Ensino fundamental completo |
| 5 | 5 | 26/09/2002 | Não | | | 127,63 | 6 serie |
| 6 | 1 | 18/12/2002 | sim | Não | | 120,00 | 5ª série |
| 7 | 3 | 15/06/2010 | Não | | | 66,66 | ensino médio completo |
| 8 | 1 | 03/12/2007 | sim | Não | | 70,00 | 6ª série |
| 9 | 2 | 26/09/2006 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 25,00 | Ensino Médio |
| 10 | 1 | 17/06/2005 | sim | Sim | Empregado sem carteira de trabalho assinada | 76,00 | 2ª série |
| 11 | 5 | 15/07/2006 | sim | Não | | 70,00 | 6ª série |
| 12 | 1 | 13/03/2003 | sim | Não | | 0,00 | 4ª série |
| 13 | 2 | 26/07/2010 | Não | | | 62,50 | 2 ano ensino medio |
| 14 | 2 | 27/07/2007 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 50,00 | 5ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 15 | 2 | 23/09/2009 | sim | Não | | 272,00 | 5ª série |
| 16 | 1 | 05/10/2007 | sim | Não | | 66,00 | Ensino Médio |
| 17 | 1 | 01/06/2001 | sim | Não | | 140,00 | Ensino Médio |
| 18 | 2 | 14/04/2003 | sim | Não | | 5,00 | EJA ensino médio |
| 19 | 1 | 29/08/2006 | sim | Não | | 67,00 | 4ª série |
| 20 | 1 | 13/02/2004 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 70,00 | 3ª série |
| 21 | 2 | 05/01/2005 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 15,00 | 4ª série |
| 22 | 1 | 23/01/2009 | sim | Não | | 186,00 | 3ª série |
| 23 | 2 | 23/02/2010 | sim | Não | | 154,00 | Ensino Médio |
| 24 | 1 | 31/05/2006 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 136,00 | 7ª série |
| 25 | 1 | 14/12/2007 | Não | | | 66,66 | 1 ano ensino medio |
| 26 | 1 | 23/04/2010 | sim | Não | | 6,00 | 7ª série |
| 27 | 1 | 23/08/2006 | Não | | | 66,66 | 1 ano ensino medio |
| 28 | 6 | 29/08/2008 | sim | Sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 48,00 | 4ª série |
| 29 | 1 | 14/11/2008 | sim | Não | | 75,00 | 2º ensino médio |
| 30 | 2 | 23/12/2009 | Não | | | 70,00 | 1 ano ensino medio |
| 31 | 1 | 26/09/2008 | Não | | | 112,50 | ensino médio completo |
| 32 | 1 | 13/03/2003 | sim | Não | | 181,00 | 2º ensino médio |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 33 | 1 | 10/07/2009 | Não | | | | 1 ano segundo grau |
| 34 | 1 | 14/03/2003 | Não | | | 62,50 | 6 serie |
| 35 | 1 | 18/01/2010 | Não | | | 100,00 | ensino medio |
| 36 | 2 | 25/04/2008 | sim | Não | | 136,00 | 4ª série |
| 37 | 1 | 16/01/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 72,00 | 4ª série |
| 38 | 2 | 13/03/2003 | Não | | | 30,83 | Ensino fundamental completo |
| 39 | 2 | 13/03/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 140,00 | ensino fundamental completo |
| 40 | 2 | 05/11/2005 | sim | Não | | 126,00 | 5ª série |
| 41 | 1 | 17/09/2010 | Não | | | 133,00 | 2 ano ensino medio |
| 42 | 1 | 18/04/2006 | sim | Não | | 70,00 | Ensino Médio |
| 43 | 1 | 14/04/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 140,00 | Ensino Médio |
| 44 | 2 | 12/07/2005 | Não | | | 31,66 | 8 serie |
| 45 | 1 | 09/12/2010 | Não | | | 40,00 | 7 serie |
| 46 | 2 | 21/03/2003 | sim | Não | | 37,00 | 5ª série |
| 47 | 3 | 25/06/2004 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 78,00 | 4ª série |
| 48 | 1 | 26/05/2006 | Não | | | 90,00 | 1 ano ensino medio |
| 49 | 1 | 17/02/2004 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 162,00 | 5ª série |
| 50 | 1 | 08/11/2003 | sim | Não | | 40,00 | Ensino Médio |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 51 | 1 | 11/03/2006 | Não | | | 70,00 | 1 ano ensino medio |
| 52 | 3 | 04/08/2010 | sim | Não | | 15,00 | 5ª série |
| 53 | 1 | 14/08/2009 | sim | Não | | 0,00 | Ensino Médio |
| 54 | 1 | 14/09/2005 | sim | Não | | 60,00 | 5ª série |
| 55 | 1 | 03/03/2006 | Não | | | 102,00 | 5 serie |
| 56 | 1 | 13/03/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 40,00 | 5ª série |
| 57 | 1 | 07/10/2002 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 86,00 | EJA 5ª a 8ª série |
| 58 | 1 | 07/10/2002 | sim | Sim | trabalhador domestico com carteira de trabalho assinada | 70,00 | ensino fundamental completo |
| 59 | 2 | 03/07/2004 | Não | | | 50,00 | 4 serie |
| 60 | 1 | 08/07/2006 | sim | Sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 37,00 | 2ª série |
| 61 | 3 | 22/07/2009 | sim | não | | 70,00 | 5ª série |
| 62 | 1 | 22/01/2010 | sim | sim | Trabalhador por conta própria | 53,00 | 5ª série |
| 63 | 1 | 10/09/2002 | sim | sim | Trabalhador por conta própria | 40,00 | 1ª série |
| 64 | 2 | 08/09/2008 | sim | não | | 13,00 | Ensino Médio |
| 65 | 1 | 20/12/2010 | sim | não | | 60,00 | Ensino Médio |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 66 | 5 | 21/03/2006 | sim | sim | Trabalhador por conta própria | 8,00 | ensino fundamental completo |
| 67 | 1 | 08/07/2006 | não | | | 83,33 | 1 ano ensino medio |
| 68 | 1 | 18/12/2002 | sim | sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 63,00 | 6ª série |
| 69 | 1 | 09/05/2008 | sim | não | | 70,00 | 1º ensino médio |
| 70 | 7 | 04/08/2002 | sim | não | | 136,00 | 5ª série |
| 71 | 1 | 04/08/2002 | não | | | 25,71 | Não informado |
| 72 | 1 | 04/08/2007 | sim | sim | Trabalhador por conta própria | 40,00 | Ensino Médio |
| 73 | 1 | 08/11/2003 | não | | | 110,00 | Não informado |
| 74 | 2 | 18/12/2002 | não | | | 15,00 | ensino fundamental completo |
| 75 | 5 | 25/03/2006 | não | | | 50,00 | 2 ano ensino medio |
| 76 | 1 | 09/12/2010 | não | | | 127,50 | 6 serie |
| 77 | 2 | 21/03/2006 | não | | | 105,60 | |
| 78 | 1 | 13/03/2003 | sim | não | | 62,00 | 1ª série |
| 79 | 5 | 20/02/2003 | sim | não | | 40,00 | 6ª série |
| 80 | 2 | 07/10/2002 | não | | | 127,82 | ensino fundamental completo |
| 81 | 1 | 12/09/2008 | sim | sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 74,00 | 7ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 82 | 1 | 13/03/2003 | sim | sim | Trabalhador por conta própria | 56,00 | 1ª série |
| 83 | 3 | | Não | | | | 5 série |
| 84 | 2 | 10/05/2011 | Sim | Não | | 18,00 | EJA 1ª a 4ª série |
| 85 | 1 | 28/10/2006 | Não | | | 83,83 | 7 série |
| 86 | 1 | 15/07/2006 | Sim | Não | | 75,00 | 1º ensino médio |
| 87 | 1 | 26/09/2002 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 33,00 | 6ª série |
| 88 | 7 | 10/09/2002 | Sim | Não | | 136,00 | ensino fundamental completo |
| 89 | 1 | 08/06/2007 | Sim | Sim | empregado com carteira de trabalho assinada | 96,00 | Ensino Médio (Superior incompleto) |
| 90 | 10 | 13/02/2004 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 70,00 | 3ª série |
| 91 | 1 | 27/07/2009 | Sim | Não | | 136,00 | 7ª série |
| 92 | 6 | 13/03/2003 | Sim | Não | | 80,00 | Nunca frequentou |
| 93 | 1 | 13/03/2003 | Não | | | 80,00 | 5 ano |
| 94 | 2 | 14/04/2003 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 70,00 | 5ª série |
| 95 | 1 | 23/12/2002 | Sim | Sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 135,00 | 5ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 96 | 2 | 13/03/2003 | Sim | Sim | empregado com carteira de trabalho assinada | 32,00 | 7ª série |
| 97 | 1 | 18/12/2002 | Sim | Não | | 136,00 | Não alfabetizada |
| 98 | 4 | 23/12/2002 | Não | | | 232,50 | ensino fundamental completo |
| 99 | 9 | 13/03/2003 | Sim | Não | | 0,00 | 7ª série |
| 100 | 7 | 26/09/2002 | Sim | Não | | 112,00 | 2 grau |
| 101 | 2 | 22/05/2003 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 100,00 | 3ª série |
| 102 | 2 | 26/09/2002 | Não | | | 60,00 | 7 ano |
| 103 | 4 | 26/03/2010 | Não | | | 250,00 | 5 ano |
| 104 | 3 | 13/03/2003 | sim | Não | | 126,00 | EJA 5ª a 8ª série |
| 105 | 1 | 05/07/2002 | sim | Não | | 27,00 | 6ª série |
| 106 | 1 | 13/03/2003 | sim | Não | | 136,00 | 7ª série |
| 107 | 2 | 09/11/2007 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 40,00 | 1º ensino médio |
| 108 | 1 | 13/03/2003 | Sim | Sim | Emprego sem carteira de trabalho assinada | 67,00 | 2º ensino médio |
| 109 | 2 | 08/08/2009 | sim | Não | | 93,00 | ensino fundamental completo |
| 110 | 12 | 30/03/2007 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 100,00 | Ensino Médio |
| 111 | 2 | 13/03/2003 | sim | Não | | 0,00 | Não alfabetizada |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 112 | 1 | 13/03/2003 | Sim | Não | | | ensino fundamental completo |
| 113 | 2 | 13/03/2003 | sim | Não | | 119,00 | 4ª série |
| 114 | 6 | 19/03/2009 | sim | Sim | empregado com carteira de trabalho assinada | 102,00 | Ensino Médio |
| 115 | 1 | 22/06/2009 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 75,00 | 2ª série |
| 116 | 1 | 16/01/2003 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 20,00 | 7ª série |
| 117 | 1 | 23/12/2009 | Não | | | 55,00 | 6 ano |
| 118 | 3 | 13/03/2003 | sim | Não | | 136,00 | 2º ensino médio |
| 119 | 1 | 04/08/2002 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 129,00 | 7ª série |
| 120 | 3 | 15/07/2003 | sim | Não | | 136,00 | 2º ensino médio |
| 121 | 2 | 26/09/2002 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 46,00 | 3ª série |
| 122 | 1 | 28/06/2011 | sim | Não | | 142,00 | 5ª série |
| 123 | 2 | 05/07/2002 | sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 56,00 | 5ª série |
| 124 | 7 | 31/08/2009 | sim | Não | | 0,00 | EJA 5ª a 8ª série |
| 125 | 1 | 03/03/2003 | sim | Sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 93,00 | 1º ensino médio |
| 126 | 1 | 11/03/2006 | sim | Não | | 81,00 | 7ª série |
| 127 | 1 | 20/02/2003 | sim | Não | | 136,00 | 3ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 128 | 6 | 13/03/2003 | sim | Não | | 0,00 | 2ª série |
| 129 | 5 | 08/11/2003 | sim | Sim | empregado com carteira de trabalho assinada | 91,00 | 3ª série |
| 130 | 6 | 20/02/2003 | Não | | | 96,66 | 5 ano |
| 131 | 2 | 16/01/2003 | sim | Sim | empregado com carteira de trabalho assinada | 102,00 | Ensino fundamental completo |
| 132 | 4 | 12/02/2007 | sim | Não | | 78,00 | Ensino fundamental completo |
| 133 | 1 | 28/01/2006 | sim | Não | | 73,00 | 5ª série |
| 134 | 2 | 17/09/2010 | Não | | | 100,00 | Ensino fundamental completo |
| 135 | 2 | 20/05/2005 | Não | | | 127,50 | 1 ano |
| 136 | 2 | 06/11/2008 | Sim | Não | | 60,00 | Ensino fundamental completo |
| 137 | 1 | atualizado | Não | | | 112,00 | |
| 138 | 8 | 13/03/2003 | Não | | | 170,00 | ensino médio completo |
| 139 | 1 | 08/09/2008 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 20,00 | 2ª série |
| 140 | 1 | 08/09/2008 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 20,00 | Ensino fundamental completo |
| 141 | 1 | 31/05/2006 | Sim | Não | | 135,00 | EJA 5ª a 8ª série |
| 142 | 1 | 19/12/2003 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 100,00 | 3ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 143 | 6 | 08/07/2006 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 45,00 | 7ª série |
| 144 | 1 | 21/03/2006 | Sim | Sim | trabalhador com carteira assinada | 93,00 | EJA 1ª a 4ª série |
| 145 | 5 | 08/11/2003 | Sim | Não | | 272,00 | 1º ensino médio |
| 146 | 2 | 18/08/2002 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 50,00 | 5ª série |
| 147 | 3 | 08/11/2003 | Sim | Sim | empregado sem carteira de trabalho assinada | 29,00 | 2º ensino médio |
| 148 | 3 | 10/09/2002 | Sim | Não | | 66,00 | 5ª série |
| 149 | 7 | 26/09/2002 | Não | | | 165,00 | ensino fundamental completo |
| 150 | 1 | 05/05/2008 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 100,00 | 3ª série |
| 151 | 6 | 30/03/2007 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 33,00 | 6ª série |
| 152 | 1 | 14/02/2007 | Sim | Não | | 136,00 | 2º ensino médio |
| 153 | 1 | 26/09/2002 | Sim | Não | | 136,00 | 4ª série |
| 154 | 2 | 19/12/2006 | Não | | | 60,00 | ensino médio completo |
| 155 | 2 | 22/05/2003 | Sim | Não | | 0,00 | 1º ensino médio |
| 156 | 2 | 13/03/2003 | Sim | Não | | 12,00 | 3ª série |
| 157 | 3 | 13/03/2003 | Sim | Não | | 181,00 | ensino fundamental completo |
| 158 | 2 | 23/12/2002 | Sim | Não | | 57,00 | 4ª série |

| | | | | | | | |
|---|---|---|---|---|---|---|---|
| 159 | 2 | 18/07/2003 | Sim | Sim | Trabalhador por conta própria | 123,00 | EJA 1ª a 4ª série |
| 160 | 2 | 31/05/2006 | Não | | | 170,00 | 7 ano |